



CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO NO OESTE PAULISTA – COMPANHIAS DE COLONIZAÇÃO, ESTRADA DE FERRO E O GENOCÍDIO DOS ÍNDIOS KAINGANG

CIVILIZATION AND PROGRESS IN WEST PAULISTA – COLONIZATION COMPANIES, RAILROAD AND THE GENOCIDE OF THE KAINGANG INDIANS

Resumo: O artigo tem por objetivo realizar breve panorama histórico sobre o processo de ocupação e colonização da região Oeste de São Paulo por companhias de exploração de terras e madeiras combinado ao avanço da frente agrícola cafeeira e pela expansão da rede ferroviária em direção ao chamado “sertão do Bauru” e seu impacto causado aos habitantes originários da região, dentre os quais os Kaingang que ocupavam porções territoriais localizadas entre os rios Tietê e seus afluentes, Paraná e Paranapanema, avançando as fronteiras em direção ao Mato Grosso e ao Paraná. Trata-se de um trabalho de retomada temática a partir da releitura de bibliografia pertinente à temática combinada com a pesquisa em jornais de época.

Palavras-chave: Kaingang. São Paulo. Companhias de Colonização. Progresso e Civilização. Genocídio.

Abstract: The article aims to provide a brief historical overview of the process of occupation and colonization of the western region of São Paulo by land and timber exploration companies, combined with the advance of the coffee agricultural front and the expansion of the railway network towards the so-called “sertão do Bauru” and its impact on the original inhabitants of the region, including the Kaingang who occupied territorial portions located between the Tietê rivers and its tributaries, Paraná and Paranapanema, advancing the borders towards Mato Grosso and Paraná. It is a work of retaking thematic from the re-reading of bibliography relevant to the theme combined with research in newspapers of the time.

Keyword: Kaingang. São Paulo. Colonization companies, Progress and Civilization. Genocide.

Rubens Arantes Correa
Doutor em História pela
Universidade Estadual
Paulista (UNESP)
rubens.arantes65@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2021.1026.07>

INTRODUÇÃO

O povo Kaingang ocupava, desde tempos remotos, vasta região no interior de São Paulo estendendo seu território desde a região de Bauru até a região de Adamantina, área entrecortada pelos vales do Tietê e Paranapanema, alcançando o rio Paraná, na fronteira com o Mato Grosso. A partir de fins do século XIX e princípio do século XX esta vasta região começa a ser insistentemente invadida por grileiros que tomavam as terras aos Kaingang e as loteavam. Tal processo foi sucedido de forma mais organizada com forte empenho de agentes estatais em comunhão com interesses capitalistas a partir de então resultando em violentos conflitos que culminaram com o genocídio daquele povo.

Impulsionada pelos ideais de progresso e civilização tão presentes no imaginário das elites brasileiras de então, o território do povo Kaingang logo é alcançado pela chegada da ferrovia Noroeste do Brasil, pela expansão da fronteira agrícola, especialmente, a cafeeira, ávida por novas terras. Contribuíram, também, para a destruição do povo Kaingang as diversas incursões através de rios da região as chamadas Comissões Científicas organizadas pelo governo do Estado de São Paulo e de companhias de terras e madeiras.

1 Discussão bibliográfica acerca dos indígenas do Oeste Paulista

A literatura que trata especificamente das populações indígenas da região oeste de São Paulo remonta aos anos 1950 quando vem à luz artigos produto de pesquisas etnográficas empreendidas por Herbert Baldus (1953;1954) etnólogo de origem germânica que escreveu sobre os Kaingang paulistas e os Otis; Curt Nimuendaju (1954) que publicou e realizou pesquisas sobre os Guarani; Egon Schaden (1958) antropólogo com ampla produção acadêmica na área indígena cuja obra cobriu diversos grupos étnicos paulistas. De um modo geral, os trabalhos pioneiros tiveram como preocupação a investigação cultural dos diferentes povos que habitavam as terras do oeste paulista.

Nos anos 1970 os trabalhos sobre a temática voltam-se para a recorte histórico-antropológico dos conflitos e resistências das populações indígenas da região. É o caso

da dissertação de mestrado de Tidei Lima (1978), no qual o autor se propõe a investigar as origens e as consequências dos conflitos entre frentes de ocupação e indígenas na região de Bauru, entre os anos 1850 e 1910, focando sua análise nos efeitos da penetração econômica capitalista e sua forma violenta de ocupação da terra, fatores que, no conjunto, culminaram com o acirramento dos conflitos dos quais os Kaingang saíram perdedores.

Na mesma linha de interpretação e para a mesma época surge o trabalho de Darcy Ribeiro (1977) que muito embora abarque diversidade de povos e aspectos mais amplos, dedica capítulo específico sobre o problema dos Kaingang inserindo-o no contexto das políticas estatais de intervenção protecionista às populações indígenas. Seguindo nessa direção e já para os anos 1980 e tomando um caráter mais didático tem-se o trabalho de Sílvia Borelli (1984) que retoma toda as constantes históricas que marcaram a trajetória dos Kaingang no estado de São Paulo com ênfase no contexto dos choques com comissões científicas e religiosas, frentes agrícolas e ferroviária.

Na década de 1990 ocorre o estudo de Nimonon Pinheiro (1992) na área de história etnográfica no qual avança sobre o período 1850-1912 abordando diferentes aspectos envolvidos no processo de ocupação capitalista da região ocidental paulista desde a mentalidade das elites “brancas”, as políticas de indigenistas, os aspectos geográficos do planalto paulista, a cultura simbólica e material Kaingang e, finalmente, a os embates e resistências.

Já para período mais contemporâneo ocorrem trabalhos destacando diferentes aspectos sociedades indígenas do oeste paulista e seus modos de vida desde os tempos em que foram aldeados em núcleos localizados em diferentes pontos da região como são o caso do de Ana Zema & Tedney Silva (2021) que estuda os relatórios produzidos pelo Serviço Proteção ao Índio acerca dos Kaingang; Leonardo Cruz (2006) que retoma a historicidade dos contatos em povos indígenas do oeste paulista e populações não-indígena; Maria Borges (2007) que aborda o estudo da resistência indígena pela posse de suas terras no Vale do Paranapanema; e, finalmente, os trabalhos de Robson Rodrigues (2016) numa abordagem etnoarqueológica dos modos de vida dos Kaingang dentro dos aldeamentos a que ficaram reduzidos.

2 Cartografia etnográfica do Oeste Paulista

De acordo com Tidei Lima (1978) a região compreendendo o então chamado “sertão de Bauru” até o Vale do Rio Paranapanema na fronteira com o estado do Paraná era, da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, ocupada, predominantemente, por comunidades indígenas dos grupos Kaingang, Oti-Xavantes e Guaranis com predominância dos primeiros, cujo território se estendia pelos estados do sul alcançando a fronteira com a Argentina.

Pertencendo ao grupo linguístico Jê, os Kaingang surgem na literatura cronística de viajantes e exploradores sertanistas desde o princípio do século XIX como atesta a passagem de Von Martius, por volta de 1818 onde afirma que eram conhecidos pelos não-brancos como “bugres ou índios do mato [embora] chama-se a si mesmos Kaingang” (Schaden, 1954). Saint-Hilaire, por sua vez, em uma de suas viagens pela Província de São Paulo identifica-os como Guanhanã e Guainazes, equívoco que foi, posteriormente, apontado pelos estudiosos.

Em relação ao contingente populacional von Ilhering (1912) estimava para os inícios do século XX um total que não passava de dez mil que veio a diminuir na medida em que as fronteiras de colonização e exploração econômica avançaram para dentro da área Kaingang a ponto de não passarem de cerca de mil e quinhentos em 1905 de acordo com depoimento de técnicos da companhia ferroviária que abriam estradas na região naquela conjuntura.

Quanto à sua organização social e política, Horta Barbosa (2019) destaca a presença do Rekakê, uma espécie de autoridade política presente somente em ocasiões pontuais como em conflitos e celebrações festivas. Nesse sentido, os Kaingang não possuíam relações complexas de hierarquias estando todos os membros do grupo, homens e mulheres adultos, voltados para o trabalho da caça, da pesca, da coleta e de uma rudimentar agricultura de milho.

Os Oti-Xavantes eram outro grupo indígena presente no oeste paulista no contexto de fins do XIX e princípios do XX tendo sido barbaramente impactados pelo avanço das fronteiras capitalistas na região a ponto de, conforme Schaden (1954), terem desaparecidos antes mesmo de sua língua e cultura tivessem sido devidamente estudadas.

Relatos de viajantes e exploradores já davam conta da presença dos Oti-Xavantes desde o início do século XIX como o de Hercules Florence, explorador francês que tomou parte na expedição científica comandada por Langsdorff e que atravessou o país, entre 1825 e 1829, do Tietê ao Amazonas.

Diz Florence em seu relato que se chamavam “Xavantes todos os índios que aparecem na margem ocidental da província de São Paulo, para lá do Tietê”. Mais para o final do século XIX outro explorador dos rios brasileiros, Teodoro Sampaio, engenheiro e geógrafo, em relatório de expedição realizada ao Vale do Paranapanema em 1886, faz referências aos Otis afirmando tratar-se de “raça vencida e emigrada” e que por não dominar a prática da agricultura viviam miseravelmente. (Tidei Lima, 1978: 124-125)

Curt Nimuendajú em artigo de 1911 publicado em *O Estado de S. Paulo* narra a saga do povo Oti-Xavantes do oeste de São Paulo, um dos povos originais da região que a partir dos anos 1870 passa a sofrer o assédio cada vez mais intenso por parte das ondas migratórias de não-brancos, sobretudo, de mineiros. Diz o etnólogo alemão sobre o modo de vida dos Oti-Xavantes:

Eram os índios mais atrasados do Brasil meridional: não conheciam a canoa, nada sabiam da cerâmica e da agricultura, o que não acontecia com os coroados e os Kaiuás, seus vizinhos. Carregavam, porém, além das armas comuns, arco e flecha, mais uma arma muito característica: um chuçó de cerne de palmeira, que, reduzindo-se proporcionalmente na grossura, terminava em ponta agudíssima. Sendo índios dos campos, com esta arma eles caçavam cobras e lagartixas. Seus ranchos eram feitos de galhos fincados no chão, armados sob forma esférica e cobertos de palha de coqueiro e tão baixos, que dentro deles não se podia senão sentados. (CURT NIEMANDAJÚ In: O ESTADO DE S. PAULO, 09.11.1911, P. 3).

Suas aldeias abrigavam entre 30 e 40 indivíduos e estavam localizadas sempre próximas de cursos de rios, possuindo como traços físicos característicos o “furo alongado nas orelhas e a pele mais escura” que seus vizinhos. Desenvolveram a habilidade de lançar flechas em elevação, além de possuíram grande agilidade. Com seus vizinhos Kaingang, chamados de Coroados, mantinham relações de disputa e conflitos permanentes. (Nimuendajú, 1911:3).

Após a chegada dos colonizadores e o estabelecimento de fazendas de gado bovino e muar, não só o modo de vida dos Oti-Xavantes será profundamente alterado

como sua própria existência será posta em risco. Sucessivos ataques armados da parte de fazendeiros e bugreiros reduziram os Oti-Xavantes ao número de cinquenta indivíduos em 1892. Pouco tempo depois, em 1903, eram apenas nove indivíduos, “um homem, quatro mulheres e quatro crianças”:

Aí está, perfunctoriamente narrada a tristíssima história do extermínio dessa tribo. É possível que não cause nenhuma impressão. Houve época em que os índios tiveram defensores e protetores por toda parte. Agora, não. Desde que se começou a fazer alguma coisa em benefício deles acabaram-se como por encanto as simpatias de que eram alvo constante – e não falta quem pense e declare que o melhor é mesmo exterminá-lo de uma vez... (NIEMANDAJÚ, 1911:3).

Os demais grupos indígenas que se encontravam posicionados na porção oeste de São Paulo no mesmo contexto histórico eram os Ofaié ou Opaié, braço do grupo Xavante, que se localizavam no lado esquerdo do rio Paraná, na fronteira com o Mato Grosso, os Guarani e os Cauá que foram sistematicamente exterminados e reduzidos a poucos indivíduos abandonando a região.

3 A Marcha do Capitalismo para o Oeste Paulista

O ritmo vertiginoso do capitalismo em escala mundial a partir de 1850 atingindo patamares elevadíssimos tanto no comércio como na produção de mercadorias alcança em cheio regiões ainda não atreladas ao processo capitalista como os sertões do oeste paulista, região interiorana coberta pelos chamados “sertões de Bauru e “sertões de Botucatu”, bem como as bacias dos rios Paranapanema, Tietê, Paraná e seus afluentes. Em poucas décadas os Kaingang se verão engolidos por todo um processo histórico que integrou companhias de terras e madeira, fazendas de café e ferrovia.

Conectado à dinâmica mundial do capitalismo, internamente, o Brasil vai se integrando às novas demandas externas por meio de uma série de decisões tomadas via legislação tanto no decorrer do Império como nos primeiros tempos da República. Costa (1985) cita como exemplos a aprovação no ano de 1850, pelo Parlamento do Império, da Lei Eusébio de Queirós que colocou fim, oficialmente, ao tráfico de escravos para o Brasil, dando início ao controlado processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado, e da Lei de Terras cuja meta era a de oferta de mão-de-obra do imigrante impedido de acender à posse da terra.

No caso das terras ocupadas por populações indígenas, a Lei de Terras de 1850 não garantirá nenhuma proteção, ao contrário, as colocará sob a ganância de particulares, sobretudo, com a criação do estatuto das “terras devolutas” que em última instância pertenceriam ao Estado que poderia negociá-las conforme seu interesse. No oeste paulista as terras foram declaradas, portanto, desde aprovação da lei, como “devolutas” franqueando sua posse aos capitalistas que investiam na abertura de fazendas de café e atingindo de forma definitiva os Kaingang:

Na verdade, a única ressalva direta da lei de 1850 sobre os índios, condiciona a providências posteriores (que, concretamente jamais foram tomadas) a possível defesa dos seus territórios [...] Sem tecer maiores considerações sobre o significado que terá para os índios essa pretendida “colonização” – que via de regra vai confiná-los nos chamados aldeamentos [...] (TIDEI LIMA, 1978:52-53)

Nesse sentido, a Lei de Terras de 1850 foi utilizada em duas frentes concomitantes, ou seja, ao mesmo tempo que permite forçadamente fazer aumentar a oferta de trabalhadores via imigração europeia, por outro lado, avança na ocupação de terras primariamente ocupadas por populações indígenas reduzindo-as a aldeamentos. A pronta execução dessa lei vinha ao encontro dos interesses das frentes de expansão cafeeira em direção ao oeste paulista em um contexto mundial de demanda pela mercadoria.

Tidei Lima (1978) seguindo o conceito clássico de frente pioneira desenvolvido por Sousa Martins (1971) vai dividir o processo de ocupação econômica capitalista do oeste paulista em dois momentos não excludentes. O primeiro momento abrange a periodização de 1850 a 1870 período no qual a presença de posseiros é predominante além de marcado pelas situações de conflitos e enfrentamentos com as populações indígenas.

A origem desses primeiros contingentes de não brancos, formados por posseiros e criadores, na região do oeste paulista, provavelmente se deve a processo emigratório proveniente da província de Minas Gerais que de lá teriam partido em fuga em razão de crises econômicas vividas por esta província, alcançando os vales do Paranapanema e de outros rios do ocidente paulista e estabelecendo-se em povoações descontínuas, dedicando-se à agricultura de subsistência e a criação de animais. Documentos de época

sugerem, ainda, que esses primeiros povoadores não brancos produzissem algum excedente mantendo um relativo circuito comercial com o Mato Grosso. (Tidei Lima, 1978:64-67)

No segundo momento, abarcando as décadas entre 1880 e 1910, percebe-se organização mais sistematizada da parte dos agentes da expansão econômica rumo à sua marcha em direção ao oeste paulista. Grandes empreendimentos agrícolas do setor cafeeiro somados a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a instalação de companhias de terras e madeiras responsáveis pelo surgimento das primeiras vilas na região e a introdução de contingentes imigratórios provenientes da Europa vão intensificar os conflitos com os indígenas que mesmo diante de enorme resistência vão ser levados ao quase total extermínio.

As fazendas de café vão representar, inicialmente, a consolidação da ocupação capitalista da região do oeste paulista e, em sua esteira, os demais empreendimentos vão se instalando. Seguindo o ritmo de consumo do produto café nos mercados europeu e norte-americano que demandavam maiores volumes de produção, elevando a Província de São Paulo à condição de maior produtora nacional nas décadas finais do século XIX e, por consequência, avançando sobre novos espaços territoriais e exigindo a abertura de rotas de acesso para escoamento da produção.

Instaladas as fazendas de café uma alteração no perfil populacional não-indígena é perceptível de imediato: em lugar de posseiros e criadores emigrados de Minas Gerais como na primeira fase de ocupação, agora, grandes empresas e proprietários de terras provenientes de outras regiões do interior paulista, responsáveis pela abertura de imensos empreendimentos agrícolas. Outra mudança ocorre no perfil dos contingentes de trabalhadores que, inicialmente, eram formados por nordestinos de origem para, em seguida, constituírem-se de imigrantes europeus, sobretudo, italianos, espanhóis e portugueses.

À medida que a produção cafeeira do oeste de São Paulo se consolida em altos patamares surgem dois outros empreendimentos característicos das chamadas frentes pioneiras de expansão capitalista: a criação de núcleos urbanos e a abertura de linhas férreas. Ghirardello (2002) ao analisar a formação de cidades na zona noroeste (região de Araçatuba, Penápolis, Avanhandava, dentre outras, integrando o espaço ampliado do oeste paulista) revela como tais núcleos urbanos foram originados, deliberadamente, da

Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Povoados, ferrovia e fazendas de café formavam um tripé ameaçador à existência das comunidades indígenas da região, em especial, aos Kaingang:

A formação de cidades era de interesse da ferrovia, bem como dos latifundiários da Zona Noroeste. O empenho da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estaria na transformação rápida de estações em núcleos urbanos, gerando não só polos de escoamento para uma futura produção agrícola, particularmente cafeeira, mas também movimentados centros de embarque e desembarque de passageiros. O povoado garantiria ainda, até os primeiros anos da segunda década do século XX, segurança contra a destruição do patrimônio edificado da ferrovia: estações, armazéns, trilhos etc., atacados pelos índios cainguangues em represália à dizimação das tribos e à ocupação de suas terras. (GHIRARDELLO, 2002: 12-13)

A formação de núcleos urbanos vinha ao encontro de uma dupla expectativa por parte dos grandes fazendeiros: por um lado atendia a expectativa econômica pela valorização das áreas ocupadas (“terras devolutas”) podendo, inclusive, parcelar essas terras como fonte alternativa de rendimentos; e, por outro lado, favorecia a expectativa política no sentido do exercício do mando político, afinal, o país como um todo, encontrava-se sob o domínio do coronelismo enquanto prática política.

Surgem, então, nas duas primeiras décadas do século XX núcleos populacionais esparramados pelo curso da linha da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, cujos trabalhos foram iniciados em novembro de 1905 a partir de Bauru que, à época, era pequeno povoado, mas já localizado em próspera região produtora de café. Sua construção vinha sendo planejada desde os tempos da Guerra do Paraguai (1865-1870) com finalidades, claramente, de defesa. Contudo, somente na República foi viabilizada e com objetivos outros como os de ocupação das regiões interioranas e de inter-relações comerciais.

O traçado definido para a E.F. Noroeste do Brasil deixa claro, contudo, outros interesses, nem tão declarados. Cada quilômetro de seus trilhos significaria avanço dos interesses capitalistas por terras devolutas e, por conseguinte, a destruição dos Kaingang. Havia, portanto, conluio entre fazendeiros de café, E. F. Noroeste do Brasil e autoridades do Estado nesse sentido:

Há clara união de interesses por parte daqueles que desejavam apropriar-se de terras devolutas e daqueles que almejavam avançar com

as obras da estrada. É importante observar, ainda, a rapidez com que se dá todo o processo. A construção acelera o avançamento em direção às terras. Sem ela, com certeza, a ocupação também se daria, mas, é claro, não de forma tão ágil e violenta. (GHIRARDELLO, 2002:83)

Aliada a toda a estruturação das frentes capitalistas apontadas acima restavam, ainda, outras que combinadas com essas contribuem, decisivamente, para o quase extermínio dos Kaingang: as expedições científicas e religiosas pelo “sertão” do oeste paulista do final do século XIX. Borelli (1984) destaca o papel representado pelas expedições científicas e religiosas no processo de destruição dos indígenas.

A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo foi criada pelo governo estadual em 1886 congregando importantes estudiosos como o geólogo norte-americano Orville Derby, o botânico sueco Albert Lofgren, o engenheiro paulista João Pedro Cardoso, o geógrafo baiano Teodoro Sampaio, dentre outras figuras de relevo da ciência à época. Sua criação contou com forte apoio da elite cafeeira e seus trabalhos transcorreram até o início dos anos 1930 quando, então, foi extinta. Tinha por finalidade realizar estudos de reconhecimento de territórios paulistas ainda desconhecidos fazendo levantamentos hidrográficos, geológicos, climáticos, estudos do solo, da fauna e flora.

Como enfatiza Borelli (1984) ainda que se deva reconhecer o caráter científico do trabalho da Comissão Geográfica e Geológica o fato é que suas expedições de reconhecimento junto as bacias hidrográficas constitutivas do oeste paulista “serviram de base para a colonização da região” através da expansão das fazendas de café e acentuada com chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil:

[...] as informações resultantes da região exploração dos rios Tietê, Paraná, Feio e do Peixe foram fundamentais no processo mais geral de conquista da região oeste. Vale, contudo, ressaltar que as características das expedições exploratórias foram intrinsecamente distintas daquelas inerentes à expansão cafeeira e à construção de ferrovias. [...]. Enquanto os trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica tinham como objetivo o reconhecimento de uma dada região, o café e a Noroeste vinham para ficar, pois implicavam na implantação de um projeto efetivo de ocupação dos territórios. (BORELLI, 1984:67)

Entre 1905 e 1907 a Comissão Geográfica e Geológica fez várias incursões de reconhecimento da bacia hidrográfica formada pelos rios Aguapeí, Feio e Peixes na região oeste de São Paulo e por essa ocasião entraram em conflito por diversas vezes com os

Kaingang resultando em mortes e feridos de ambos os lados. Datam desse período os primeiros relatórios da Comissão nos quais os Kaingang são identificados.

Outra fonte de produção de informações sobre os Kaingang foi construída por expedições religiosas encabeçadas, principalmente, pelos padres da Congregação dos Capuchinhos. De acordo com Borelli (1984) desde as últimas décadas do século XIX tentativas de aproximação e contato foram intentados pelos padres Capuchinhos desde então até que a morte de um de seus missionários, em 1901, em conflito com os Kaingang provoca uma reação de toda sociedade paulista. O jornal *O Estado de S. Paulo* repercutiu a notícia:

Ainda com referência ao assassinio, nas proximidades de Bauru, de monsenhor Claro Monteiro do Amaral, podemos hoje acrescentar que o caso já se vai esclarecendo por informações particulares que a família do finado tem recebido. [...] Uma dessas informações dá entender que os assassinos de monsenhor Claro foram índios mansos, supondo-se que a mandado de espoliadores de terras dos índios. (O ESTADO DE S. PAULO, 26.05.1901, P. 3)

“O crime de Bauru”, título da notícia teve repercussão imediata sobre a opinião pública e o que se vê a partir de então é o recrudescimento da violência sistemática contra os Kaingang atingindo níveis de extermínio. A matéria jornalística é concluída com apelos ao então Presidente do Estado de São Paulo, Rodrigues Alves que estabeleça, em lei, a catequese e a posse das terras dos índios.

4 Os Kaingang: da resistência aos aldeamentos forçados

Desde as primeiras incursões das frentes expansionistas pela região do “sertão de Bauru” os contatos com as comunidades indígenas foram marcados por intensas lutas e conflitos repetindo uma rotina que remonta aos primeiros tempos coloniais. A diferença, contudo, para o caso da região ocidental paulista, é que o estágio porque passava o sistema capitalista mundial, naquele contexto histórico, capturando não só a comercialização assim como a produção de mercadorias, fato que empurra a fronteira cafeeira com mais intensidade para áreas ainda não exploradas.

Sobretudo a partir da década de 1880, contexto em que a segunda fase de ocupação capitalista da região se faz presente de forma mais intensa, as contendas contra os indígenas também se fazem mais duras e frequentes. Por essa época, os Otis já haviam sido exterminados uma década antes após expedição intencionalmente organizada por fazendeiros em ação na região do vale do Paranapanema. Restavam os Kaingang que vão resistir bravamente às investidas no território por todas as frentes sejam as de fazendeiros, de comissões científicas, de missionários católicos ou de engenheiros e trabalhadores da companhia ferroviária. (Tidei Lima, 1978:143-144)

A função do bugreiro é institucionalizada no oeste paulista sendo este o nome dado a “matador de bugre” contratado por fazendeiros para investirem por entre aldeias Kaingang, constituindo-se em verdadeiras expedições que, diferentemente, das empreendidas pelos bandeirantes em tempos coloniais onde o objetivo era a captura do indígena para escravizá-lo, as dos bugreiros visando exterminá-los. À medida que essas expedições se tornam mais frequentes e sistemáticas pelas matas do oeste paulista crescem os massacres à números alarmantes entre 1886 e 1909, ano da criação dos primeiros aldeamentos.

Os massacres promovidos pelas expedições bugreiras contra os Kaingang quase sempre eram precedidos por justificativas da parte dos fazendeiros como ações de defesa e de proteção em razão de algum conflito pontual travado entre as partes envolvidas. É para isso contavam com o apoio da imprensa que quase sempre denunciavam ataques dos indígenas em uma clara tentativa de conquistar o apoio da opinião pública em favor dos proprietários. É o caso da notícia “Os coroados” publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 8 de agosto de 1896 na qual cobra da parte da autoridade policial providências diante das “atrocidades” cometidas pelos coroados, nome pelo qual eram conhecidos os Kaingang:

No dia 31 de julho, as 2 horas da tarde mais ou menos, no sítio Santo Ignácio, propriedade do sr. Francisco Theodoro de Almeida, distante desta vila [São Pedro do Turvo] 3 léguas, deu-se o seguinte horroroso fato: estavam Francisco Theodoro de Almeida com dois camaradas e um filho de 13 anos fazendo uma derrubada, quando dois outros filhos de Almeida, Benjamim e Fiel, foram levar café para três outros trabalhadores; neste momento foram os dois meninos assaltados 15 índios coroados que, armados de tacape, mataram instantaneamente o menino Benjamim, um dos camaradas de nome Pedro, esbordoaram

Fiel, deixando-o por morto, e também a Alfredo, outro camarada. (O ESTADO DE S. PAULO, 08.08.1896, P. 1)

Notícias como esta traziam a evidente intenção de tirar do foco da opinião pública o real motivo do conflito que era a terra. Não havendo interesse pelo aproveitamento do elemento indígena como mão-de-obra barata visavam os fazendeiros apenas e tão somente a posse de cada vez mais terras para dar vazão aos seus interesses capitalistas. Para tanto, mobilizam a opinião pública através da imprensa, autoridades judiciais como magistrados de comarcas da região, além de representantes políticos estaduais, no sentido de convencê-los de que o extermínio dos indígenas era alternativa necessária para o progresso e desenvolvimento da região.

Nesta mesma direção afirmava Luiz Bueno Horta Barbosa, contemporâneo dos acontecimentos envolvendo os Kaingang e membro do Serviço de Proteção ao Índio – o SPI – que em conferência na Biblioteca Nacional em 19 de novembro de 1913 afirmava:

Direi também o que temos observado dos hábitos, da índole e da civilização desses selvícolas [os Kaingang], com a firme esperança de que fazendo-os assim conhecidos, modifique-se a falsíssima opinião que dantes se havia arraigado no espírito de muitos dos nossos letrados, de ser esse povo dotado de gênio excepcionalmente feroz, a ponto de o tornar incapaz de merecer dos civilizados outro tratamento que não fosse o extermínio completo – a tiros de carabina. (HORTA BARBOSA, 2019:7-8)

Mesmo decorrido muitos anos após o término dos conflitos no oeste paulista, a imprensa continuava repercutindo aqueles acontecimentos na mesma perspectiva dos vencedores. É o caso de matéria sem autoria publicada em *O Estado de S. Paulo* de 14 de dezembro de 1928 intitulada “Bauru, Sertão Habitado pelos Índios” na qual o correspondente traça uma narrativa das “atrocidades cometidas pelos coroados” nos tempos em que Bauru não passava de um “pequeno agrupamento de casas”, mas que o “irresistível movimento civilizador” haveria de modificar.

Faz um breve relato das diversas expedições de reconhecimento topográfico e hidrográfico da região dadas a efeito desde o século XVIII até alcançar o ponto central de sua narrativa: apresentar o elemento indígena como um obstáculo ao progresso material através de sua caracterização mental, psicológica e física. Afirma que nos inúmeros conflitos com os “civilizados” os índios coroados demonstravam superioridade em razão do conhecimento que tinham da área, mas que seus ataques eram realizados “à traição e

de chofre” capazes de “em minutos reduzirem expedições” inteiras onde pereceram “muitos civilizados” e até mesmo, irmãos missionários.

Passa, então, a narrar os episódios que envolveram a morte do Padre Claro Monteiro, em 1901, em sua tentativa de catequização dos Kaingang, que teve, à época, ampla repercussão na imprensa; e o que envolveu, em 1905, Gentil Moura, engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que saiu do cerco promovido pelos indígenas com ferimentos à flecha. E conclui sua narrativa exaltando a “ferocidade” e “brutalidade”, dos Kaingang presentes em sua compleição física:

A índole guerreira desses últimos [os coroados] era demonstrada pelo seu próprio físico. Enquanto, os guaranis eram fracos, de compleição franzina os coroados eram tipos másculos, de espáduas largas e músculos rijos. Ainda atesta sua índole guerreira o fato de serem inimigos irreconciliáveis dos guaranis. (O ESTADO DE S. PAULO, 14.12.1928, P. 7)

O episódio envolvendo o engenheiro Gentil Moura remete à fase derradeira da resistência dos Kaingang em defesa de seus domínios e de sua independência enquanto comunidade humana livre. A partir de 1905 quando do início de seus trabalhos na região de Bauru, ponto de partida de suas operações, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil se constituirá em outro vetor de conflitos com os indígenas, marcado por uma constante em todo o seu percurso de enfrentamentos e violências. Desde seu traçado original previsto para cortar as terras paulistas nos vales do Tietê e do Aguapeí, passando pelo contexto já bastante conflitivo, tudo se constituía em prenúncio de uma tragédia anunciada.

De acordo com Borelli (1984) os conflitos entre Noroeste e Kaingang foram uma constante alcançando momentos de grande intensidade a ponto de provocar o “retardamento da ferrovia”. Entre 1907 e 1911 foram levantados diversos conflitos resultando, no conjunto, em verdadeiro massacre dos indígenas. Para combater a resistência Kaingang a Noroeste do Brasil lança mão do mesmo *modus operandi* que os fazendeiros de café vinham utilizando, qual seja, a de financiar expedições de bugreiros para invadir e atacar aldeias, fortemente armados e determinados a promover “o desaparecimento de todo e qualquer vestígio da organização Kaingang”. (Borelli, 1984:70-71).

Ribeiro (1977) enfatiza a organização sistemática que a Noroeste do Brasil ofereceu às ações dos bugreiros que agora, diferentemente das expedições financiadas por

fazendeiros que pareciam iniciativas isoladas, tomavam um corpo organizativo mais poderoso com campanhas de arrecadação junto a comerciantes e proprietários no sentido de levantar dinheiro, munição, armamento e alimentos:

As maiores batidas realizadas em 1908, 1909 e 1910 foram financiadas, principalmente pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, utilizando trabalhadores da construção por ela armados e municiados e entregues à orientação dos referidos especialistas. Toda uma técnica fora desenvolvida para as chacinas. (RIBEIRO, 1977:104)

A repercussão dos massacres sucessivos contra os Kaingang alcança a opinião pública através da imprensa que em alguma medida pressiona as autoridades federais a intervir no conflito. Em julho de 1910 é criado o Serviço de proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais por meio de decreto assinado pelo presidente Nilo Peçanha. No mesmo ano, o Marechal Cândido Rondon de posse de relatório produzido por agentes do SPI (“Relato de um massacre de indígenas em São Paulo, por um bugreiro (dentre outras informações úteis), datado de 22 de novembro de 1910) dá início à gestões junto ao governo federal para o envio de tropas à região de conflito e colocar fim às batidas contra as aldeias dos Kaingang.

Em São Paulo há uma forte reação das elites políticas e científicas que não só se recusam em participar com o envio de tropas policiais para o oeste paulista bem como acusam o governo federal de estar promovendo uma “intervenção branca” no estado. O jornal *Correio Paulistano* em editorial de 3 de março de 1911, acusa o governo federal de desrespeitar o direito legítimo de particulares sobre a posse legal de “terras devolutas” e atentando contra o progresso e o desenvolvimento do estado de São Paulo:

Acresce que, pela sua condição especial, segundo o nosso direito, os índios não têm capacidade jurídica, equiparados como são aos incapazes, tanto que se lhes dá a assistência legal dos curadores gerais de órfãos. [...] Como lhes atribuir, assim, qualquer pretensão de propriedade ou posse legal de terras, em contraposição no legítimo direito do Estado e dos particulares, (CORREIO PAULISTANO, 03.03.1911, P.1)

Ao encontro das elites paulistas vinha, no mesmo contexto, artigo do diretor do Museu Paulista, Hermann von Ilhering, à época uma autoridade sobre questão indígena, em que defende a tese de que os Índios de São Paulo, como de resto de todo o Brasil,

mesmo os “civilizados, não se deve esperar “trabalho sério e continuado”, representando um obstáculo para o progresso:

Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos Índios civilizados e como os Caingangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio. (HERMANN VON ILHERING, 1907:202-257)

Coube, a partir de então, os membros do Serviço de Proteção ao Índio dar início ao processo de aproximação que alcança relativo sucesso entre 1912 e 1916 diminuindo a tensão dos conflitos com os bugreiros, mas não impedindo os efeitos de uma epidemia de sarampo trazida por imigrantes europeus recém-chegados que avassalou a região, reduzindo os Kaingang a poucos indivíduos. Ao fim e ao cabo, após décadas de resistência e massacres são confinados a dois pequenos aldeamentos: Vanuire e Icatu.

Considerações Finais

A história do genocídio do povo Kaingang paulista se confunde com a própria história do capitalismo implantado no Brasil e mais, especialmente, no estado de São Paulo. O discurso do progresso e da civilização mobilizou toda as elites das últimas décadas do Império e das primeiras da República ávidas em viver, nos trópicos, as experiências que suas similares já de há muito viviam na Europa. Vida urbana, novos estilos estéticos e arquitetônicos, ferrovias, enfim, todo um conjunto de elementos que pudesse simbolizar o ingresso do Brasil no concerto das nações modernas e desenvolvidas.

O ritmo vertiginoso imposto pelo capitalismo internacional onde não só a comercialização de mercadorias, mas, também, a produção e o investimento de capital em setores que oferecessem retorno imediato, alcançaram todos os cantos do mundo ainda por ser explorado e incorporado ao processo global de produção-comercialização-consumo. É dessa forma que o Oeste de São Paulo a partir de 1850 ingressa na órbita capitalista empurrado por um frenético movimento das frentes expansionistas do café que por sua vez arrastam outros símbolos da modernidade para dentro dos sertões de Bauru e de Botucatu.

Nesse “espetáculo trágico” do ingresso do Brasil no concerto da modernidade capitalista como no dizer de Hardman (1988), o lugar das classes populares nos centros urbanos, dos trabalhadores do campo e dos povos originários é a exploração até o limite. No caso dos povos originários do oeste paulista o limite é o extermínio.

Referências

BARBOSA, Luiz Bueno Horta. *A Pacificação dos Kaingangs Paulistas*. Jaú: Códices: Meio Ambiente, Cultura e Educação, 2019. (editor: Juliano Meneghello).

BAUDUS, Herbert. Os Otis. *Revista do Museu Paulista* (nova série), vol. 8, 1954, pp.79-92.

BAUDUS, Herbert. Sinopse da História dos Kaingang Paulistas. *São Paulo em Quatro Séculos*. v. I, p. 313-20. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

BORELLI, Sílvia Helena Simões. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Editora / Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984, pp. 45-82.

BORGES, Maria Celma. No extremo-oeste paulista: o extermínio e a resistência indígena. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, MS, v. 9, n. 16, jan./jul. 2007.

CORREIO PAULISTANO. Notas. 03.03.1911, p.1.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª. ed, São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRUZ, Leonardo de Oliveira. Historicidade do contato entre índios e não índios no oeste paulista. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 6, n. 1/2/3, p. 39-45, 2006.

ESTADO DE S. PAULO, O. O crime de Bauru. 26.05.1901, p.3.

ESTADO DE S. PAULO, O. Os coroados. 08.08.1896, p.1.

ESTADO DE S. PAULO, O. Bauru, Sertão Habitado pelos Índios. 14.12.1928, p.7.

GHIRALDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na Silva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

IHERING, Hermann von. A antropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, VII, p. 202-257. São Paulo: Typ. Cardozo, Filho & Cia, 1907.

IHERING, Hermann von. A questão dos índios do Brasil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: v.8, pp. 112/140, 1911.

LIMA, José Francisco Tidei. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 216p.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Estudos Históricos*. Marília: FFCL, v.3, pp.33-41, 1971.

NIMUENDAJU, Curt. Apontamentos sobre os guaranis. *Revista do Museu Paulista* (nova série). São Paulo, v. VIII, 1954, p.9-57.

NIMUENDAJU, Curt. O Extermínio da tribo dos Otis. *O Estado de S. Paulo*, 09.11.1911, p. 3.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os Nômades: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.

RODRIGUES, Robson. A compreensão do território Kaingang no Oeste Paulista a partir da cultura material: possibilidades interpretativas na análise arqueológica. *Revista Museu de Arqueologia e Etnologia.*, 27: 44-54, 2016.

SHADEN, Egon. Os Primitivos Habitantes do Território Paulista. *Ensaio Paulistas*. São Paulo, Anhembi, 1954, pp.385-406.

ZEMA, Ana Catarina; SILVA, Tedney Moreira da. O canto da índia Vanuíre: pacificação e genocídio dos Kaingang. *Revista de Ciências Humanas Caeté*, v.3, n.1, 2021, p. 16-34.

Recebido em: 12/10/2021 Aprovado em: 22/12/2021
--